



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000511166

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000190-64.2016.8.26.0040, da Comarca de Américo Brasiliense, em que é apelante ATEVALDO OLIVEIRA DE LEÃO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado J ARTE E REVISTA LTDA ME.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PEDRO BACCARAT (Presidente) e JAYME QUEIROZ LOPES.

São Paulo, 28 de junho de 2019.

Milton Carvalho
Relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 24584.

Apelação nº 1000190-64.2016.8.26.0040.

Comarca: Américo Brasiliense.

Apelante: Atevaldo Oliveira de Leão.

Apelada: J Arte e Revista Ltda ME.

Juíza prolatora da sentença: Livia Antunes Caetano.

ACIDENTE DE TRÂNSITO. Indenização por danos materiais, estéticos e morais. Colisão traseira. Responsabilidade da ré incontroversa. Danos morais configurados. Autor que sofreu fratura e passou por tratamento cirúrgico, clínico e fisioterápico. Laudo pericial que concluiu pela existência de discreta limitação, sem incapacidade ao trabalho. Indenização fixada em R\$5.000,00, tendo em vista as circunstâncias do caso concreto, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Hipótese de sucumbência recíproca proporcional. Recurso provido.

Trata-se de pedido indenizatório julgado improcedente pela respeitável sentença de fls. 165/167, cujo relatório se adota, sob o fundamento de que não restaram caracterizados os danos morais e estéticos alegados, tampouco a redução da capacidade laborativa a ensejar a condenação da ré ao pagamento de pensão mensal. Em razão da sucumbência, o autor foi condenado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em R\$1.000,00, observado o benefício da assistência judiciária gratuita.

Inconformado, **apela o autor** sustentando que sofreu dores físicas e morais, sendo merecedor de indenização, e que o acidente que deu causa à realização de cirurgia nos joelhos, não se tratando de mero dissabor. Requer, assim, seja reformada a sentença para reconhecer a ocorrência do dano moral, com a condenação da ré ao pagamento de indenização razoável e proporcional (fls. 169/173).

Não houve resposta.

É o relatório.

O apelo merece ser provido.

Narra a inicial que, em 01/05/2015, o autor conduzia sua motocicleta pela Alameda Deputado Aldo Lupo, sentido Américo Brasiliense - Araraquara, quando foi abalroado na traseira pelo veículo caminhonete de propriedade da empresa ré. Desse acidente, decorreram lesões e prejuízos, de modo que o autor requereu a condenação da ré ao pagamento de lucros cessantes, danos estéticos e danos morais.

A demanda foi julgada improcedente, o que motivou a interposição do apelo.

Contudo, em que pesem os fundamentos da respeitável sentença, o feito merecia solução diversa.

Inicialmente, observa-se que o douto Juízo *a quo* decidiu que Nos casos de acidente de trânsito com abalroamento na traseira, presume-se a culpa do condutor do veículo abalroador, por não observar, em princípio, o dever de distância de segurança entre seu veículo e o que segue a sua frente e que, na hipótese, O réu, portanto, não conseguiu demonstrar que o autor agiu com imprudência ou imperícia, inexistindo elementos aptos a confirmar a culpa atribuída ao requerente pelo acidente automobilístico (fls. 166).

Assim, tem-se que foi reconhecida a culpa do preposto da ré pela ocorrência do evento danoso, de modo que o recurso se limita apenas ao reconhecimento dos danos morais sofridos pelo autor.

Ao contrário do que foi sustentado pela ré, a situação vivenciada pelo autor não se resume a “meros aborrecimentos”. Na verdade, além de ter sido vítima de um acidente automobilístico por culpa da ré, os documentos juntados à inicial (fls. 30/83) e o laudo pericial de fls. 152/158 comprovam que o autor sofreu fratura em platô tibial de joelho esquerdo e precisou passar por cirurgia ortopédica com colocação de pinos e tratamento clínico e fisioterápico de duração de 8 meses (fls. 158).

A situação vivenciada pelo autor não pode ser considerada como transtorno a que todos estão sujeitos. Ao invés disso, as consequências do acidente ultrapassam a esfera de normalidade, com repercussão psíquica para a vítima, a justificar o arbitramento de indenização, capaz de compensar o abalo sofrido.

Portanto, de rigor o arbitramento de indenização por danos morais.

Por sua vez, a razoabilidade na fixação do valor indenizatório consiste na análise do nível econômico do ofendido e do porte econômico do ofensor, sem que se deixe de observar as circunstâncias do fato lesivo.

Isso porque a condenação por dano moral deve ser expressiva o suficiente para compensar o sofrimento, o transtorno, o abalo, o vexame causado à vítima, bem como para penalizar o causador do dano, observando a sua responsabilidade pelo fato, o grau de sua culpa e sua capacidade econômica.

Assim, não há que se falar em indenização inexpressiva, pífia, que gera a impunidade e o descaso nas relações civis, no que diz respeito ao causador do fato, nem em exorbitância que acarreta o enriquecimento sem causa, no que diz respeito ao ofendido.

Nesse sentido:

A indenização deve se mostrar equilibrada pelo equacionamento do evento danoso e da capacidade econômica de cada parte para não se mostrar insuficiente e, ao mesmo tempo, ser capaz de inibir atos tendentes a reincidências. Em verdade, o magistrado, ao estabelecer o “quantum” indenizatório, há de fazê-lo de tal modo que não seja ínfimo, a ponto de perder-se do desiderato de desestímulo da prática de ilícitos na órbita civil; como também, cuidar para que não seja demasiado exacerbado e configure odioso enriquecimento sem causa. (TJSP, Apelação nº 0475048-51.2010.8.26.0000, 31ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Adilson de Araújo, j. 15/02/2011).

Sopesando tais elementos e levando-se em conta as circunstâncias do caso concreto – mais especificamente o fato de que o laudo pericial concluiu pela existência de *discreta limitação (sequela residual)*, *sem incapacidade ou limitações ao trabalho* (fls. 157) –, conclui-se que **a indenização deve ser fixada em R\$5.000,00**, por ser quantia razoável e suficiente para repreender a ré, ao mesmo tempo em que compensa o autor pelo sofrimento experimentado, sem, contudo, gerar para ele enriquecimento sem causa.

Nesse sentido:

ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, ESTÉTICOS E MORAIS. NEXO DE CAUSALIDADE. Comprovação. Acidente que agravou o até então “desvio mínimo” da patela (no joelho) do autor. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. Ressarcimento do preço da viagem de lua de mel remarcada. Indenização indevida. Considerando que o autor usufruiu do serviço, houve proveito e não dano. Gastos com imobilizador de joelho que guarda relação com o dano sofrido pela vítima. DANO ESTÉTICO. Procedimento cirúrgico que deixou cicatriz na perna do autor. Indenização que deve ser mantida em

*R\$1.000,00, quantia suficiente para compensar o prejuízo suportado. **DANOS MORAIS CONFIGURADOS. Cirurgia realizada, sem deixar sequelas funcionais. Reduzida capacidade econômica das partes. Indenização reduzida para R\$5.000,00, tendo em vista as circunstâncias do caso concreto, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.** LIDE SECUNDÁRIA. Pedido julgado improcedente em relação ao proprietário do veículo, beneficiário do seguro, de modo que a denúncia da lide foi julgada extinta. Apelo da condutora do carro, visando à manutenção da lide secundária. Descabimento. O terceiro que não figura no contrato de seguro não pode deduzir pretensão regressiva em face da seguradora, por inexistência de relação contratual com a denunciada. Recurso principal provido em parte, desprovido o adesivo. (TJSP; Apelação Cível 0003584-21.2009.8.26.0597; Rel. Milton Carvalho; 36ª Câmara de Direito Privado; j. 22/04/2019) (realces não originais).*

Nos termos da Súmula 362, do Superior Tribunal de Justiça, a correção monetária deve incidir desde a data do arbitramento da indenização. Os juros de mora, por se tratar de responsabilidade extracontratual, devem incidir desde o evento danoso à razão de 1% ao mês, nos termos da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, considerando que o autor ainda sucumbiu em parte relevante do pedido, referente à indenização por danos materiais e estéticos, mas foi vitorioso quanto aos danos morais, caberá a ele arcar com 2/3 das custas e despesas do processo, além de honorários advocatícios, arbitrados por apreciação equitativa conforme fixado na respeitável sentença em R\$1.000,00, cabendo à ré arcar com o 1/3 restante, bem como honorários advocatícios, fixados, igualmente, em R\$1.000,00, na forma do artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil, considerando os parâmetros do artigo 85, §2º, do diploma processual, e o trabalho adicional realizado em grau de recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, ***dá-se provimento*** ao recurso do autor para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$5.000,00, com redistribuição dos ônus de sucumbência.

MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO
relator